

# AS PRINCIPAIS CARREIRAS JUDICIAIS NO BRASIL E SUAS HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DIGITAIS

## Autor(res)

Marcelo Bidoia Dos Santos  
Anderson Henrique Ferreira Da Silva

## Categoria do Trabalho

2

## Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE SERTÃOZINHO

## Introdução

A pesquisa foi desenvolvida utilizando os métodos bibliográfico, documental e empírico. Buscando apresentar as principais carreiras jurídicas no Brasil. Nela levantamos de maneira sucinta e responsável, qual o seu surgimento, desenvolvimento e o que as fazem tão importante para a sociedade atual. A pesquisa apresentará as principais habilidades dos detentores de cada cargo dentro de sua respectiva carreira, qual o conhecimento digital necessário para ocupá-lo. A pesquisa objetivou demonstrar quantitativamente as carreiras judiciais mais demandadas nas organizações judiciárias brasileiras, bem como perquiriu se alguma dessas carreiras exige de seus candidatos habilidades digitais para nela ingressar.

## Objetivo

Os alunos ingressantes ao estudo do Direito, iniciam seu período acadêmico sem ideia de onde querem chegar e muito menos como chegar a tal ocupação. O trabalho além de dar parâmetro aos novos estudantes do Direito, também auxiliará os já formados, pois fará parte de uma pesquisa ainda maior, porém, nesse momento o foco será o de apresentar as principais carreiras judiciais presentes no Brasil.

## Material e Métodos

O projeto de IC precisou conceituar o que se entende por principais carreiras judiciais, a partir de um corte constitucional de divisão de competências, pautada no método bibliográfico e documental.

Em seguida, foi feita uma busca normativa para identificar se alguma dessas principais carreiras jurídicas exige de seu candidato à ingressante algum tipo de habilidade digital como pré-requisito para nela adentrar. Para isso, mais uma vez foi utilizado o método documental, em especial a partir da análise de normativas do CNJ e dos regulamentos de concursos públicos para ingresso em cada uma das carreiras analisadas. A Constituição Federal de 1988 foi explorada durante todo o projeto junto a ela os sites das principais instituições judiciais do Brasil, buscamos assim apresentar seu histórico e também como as habilidades e competências digitais influenciam no desenvolver de suas funções.

## Resultados e Discussão

Realizamos uma seleção com base na divisão constitucional de carreiras, visando as funções essenciais a justiça e

chegamos à conclusão que entre os cargos com maior representatividade estão o de:

- Juiz;
- Promotor;
- Advogado público;
- Advogado privado;
- Analista judicial - jurídico.

Uma análise foi realizada nas normativas que regulamentam cada uma dessas carreiras em nível nacional. Quanto as carreiras de promotor e de procurador foi realizada uma pesquisa em todos os estados dessa federação.

### Conclusão

Os processos não se iniciam fisicamente, os novos processos são digitais, dando maior agilidade na resolução dos litígios. Depois de várias pesquisas, análises e reuniões, chegamos à conclusão que as carreiras judiciais, que melhores se enquadram no escopo da pesquisa, foram: - Juiz de Direito; - Promotor de Justiça;- Advogados públicos e privados; e o -Analista judicial - jurídico. E em nenhuma das carreiras citadas foi cobrado habilidades e competências digitais em seu concurso de admissão.

### Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Justiça em números 2020: ano-base 2019. Brasília: CNJ, 2020.

BRASIL. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. 2021. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/busca?termo=procurador%20federal&servidores=true>. Acesso em: 25 fevereiro. 2021.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. 1. A Sociedade em Rede. 17ª Ed. Trad.: Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

COSTA, Alfredo Lopes da. Dos Processos Especiais: a administração pública e a ordem jurídica privada. Belo Horizonte, 1961.

SADEK, Maria Tereza. Ministério Público: A construção de uma nova instituição. In: OLIVEN, Ruben George; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo Marçal (orgs). A Constituição de 1988 na vida brasileira. São Paulo: Aderaldo/Rothschild/Anpocs, 2008, pp. 110-129.